

AVISO

ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO DO ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO EM ÁFRICA DO SUL, NAMÍBIA, SUAZILÂNDIA E ZIMBABUÉ

(Abertura de procedimento concursal simplificado destinado ao recrutamento local de docentes do ensino português no estrangeiro para o cargo de leitor, ao nível do ensino superior)

Ao abrigo do disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 165-C/2009, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 234/2012, de 30 de outubro e da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro, torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal simplificado para o recrutamento local de 2 docentes do ensino português no estrangeiro para o cargo de Leitor, ao nível do ensino superior.

1. Data e autor do ato de autorização de abertura do procedimento:

O presente procedimento foi autorizado pela Presidente do Conselho Diretivo do Camões, I.P. em 12 de fevereiro de 2015.

2. Identificação do posto de trabalho:

O presente procedimento destina-se ao preenchimento dos seguintes postos:

País	Localidade/Instituição	Cargo	Área consular	Língua	Remuneração
África do Sul	Pretória/Universidade de Pretória	Leitor (a)	Pretória	Inglês	A prevista do n.º 3 deste aviso
África do Sul	Joanesburgo/Universidade de Witwatersrand	Leitor a)	Joanesburgo	Inglês	A prevista do n.º 3 deste aviso

a) Contrato a efetuar a partir de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro 2015

3. Remuneração a auferir:

O docente irá auferir uma das seguintes remunerações ilíquidas mensais (em Euros), com base nos índices 100 e 110 da carreira docente universitária, as quais ficarão ainda sujeitas aos descontos legalmente previstos. O montante pago a título de remuneração estará sujeito à redução percentual determinada, e a efetuar, nos termos da legislação em vigor:

- a) 1851, 00€ – com grau de Mestre ou Doutor;
- b) 1636, 83€ - com estudos pós-graduados

4. Requisitos de candidatura:

Apenas podem ser opositores ao presente procedimento os candidatos que reúnam os seguintes requisitos previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro:

- a) possuam habilitação académica exigida para o exercício das funções inerentes ao posto de trabalho a que se candidatam;
- b) revelem domínio perfeito da língua portuguesa;
- c) estejam devidamente habilitados para a docência de português e dominem a língua da área consular a que se candidatam;
- d) tenham 18 anos de idade completos;
- e) não estejam inibidos do exercício de funções públicas ou interditos para o exercício das funções a que se candidatam;
- f) possuam a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- g) tenham cumprido as leis da vacinação obrigatória.

5. Áreas de lecionação

Ao nível do ensino superior

6. Prazo para apresentação de candidaturas:

A candidatura deve ser apresentada no prazo máximo de três dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de publicitação de abertura do presente procedimento.

7. Forma de apresentação de candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao coordenador do ensino português no estrangeiro, para o seguinte correio eletrónico:

cepe.africasul@camoes.mne.pt

8. Método de seleção a aplicar, respetiva ponderação dos elementos e fatores que o constituem e sistema de valoração final:

Nos termos do disposto no artigo 10.º da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro, o método de seleção a aplicar é o método de avaliação curricular o qual será valorado da seguinte forma:

- a) A ponderação da habilitação académica e profissional é de 70%.
- b) A ponderação da experiência profissional é de 30%.

9. Ordenação dos candidatos:

Os candidatos são ordenados de acordo com a avaliação final que resulta da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos métodos de seleção.

A avaliação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

AF=70% HAP+30% EP

AF – avaliação final

HAP – habilitação académica e profissional

EP – experiência profissional

10. Local e forma de divulgação dos resultados

A lista ordenada dos candidatos é afixada nas instalações da coordenação de ensino em Pretória, no Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo, no Consulado-Geral de Portugal na Cidade do Cabo, no Consulado Honorário de Portugal em Durban, no Consulado Honorário de Portugal em Mbabane, na Embaixada de Portugal em Windhoek, na página eletrónica do Camões, I.P., e na página desta coordenação www.eperas.com.

11. Direito de participação dos interessados:

No âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos podem, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre a lista ordenada dos candidatos, no prazo de dois dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de publicitação feita nos termos do número anterior.

12. Documentos a entregar pelo candidato:

12.1. A candidatura deve ser obrigatoriamente acompanhada pelos seguintes documentos sob pena de não poder ser considerada:

- a) Cópia do bilhete de identidade ou cartão do cidadão ou documento equivalente;
- b) Registo criminal, em como o candidato não está inibido para o exercício das funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- c) Declaração de que possui a robustez física para o exercício das funções;
- d) Prova do cumprimento das leis de vacinação obrigatória;
- e) Documentos que comprovem a posse dos requisitos mencionados nas alíneas a) a c) do n.º 4.

12.2. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro, os documentos referidos no número anterior podem ser substituídos pela apresentação de declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos em causa, desde que seja demonstrado, fundamentadamente e devido a causas que não lhe sejam imputáveis a título de dolo ou negligência, a

impossibilidade de os entregar juntamente com a candidatura e dentro do prazo previsto no n.º 7 do presente Aviso.

13. Enquadramento legal:

Ao presente procedimento é aplicável o artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 165-C/2009, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 234/2012, de 30 de outubro e da Portaria n.º 1277/2010, de 16 de dezembro.

12/02/2015

O Coordenador do ensino português no estrangeiro



(Rui Vicente de Azevedo)